

Brasília, 23 de agosto de 2017.

Plantão de Direção: Rogério Marzola, Robertinho, Darci.

Em Brasília: Rolando, Paulo Vaz Ivanilda.

INFORMES NACIONAIS

Atenção - Seguirá amanhã texto de orientação de conjuntura e novas orientações quanto à agenda de lutas da Federação.

Relatório da Reunião do FONASEFE – Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais – 22.8.17

Local: Sede do ANDES-SN, 16 horas.

Entidades presentes: ANDES-SN (Renata Rena, Luiz Acosta e Giovanni Frizzo) - ANFFA-Sindical (Luiz Gonzaga de Matos de O. Filho e Antonio Araújo) - ASFOC-SN (Luciana Lindenmeyer) – CONDSEF (Rogério Expedito) – CSP/CONLUTAS (Eduardo Zanata/Assessoria) – CUT (Jussara Griffó) - FASUBRA (Robertinho e Darci C. Silva) – FENAJUFE (Adriana Faria e Julio Cesar de O. Brito) - SINAIT (Marco Aurelio Gonçalves) – SINASEFE (Paulo Reis e Hugo Brandão).

Pauta aprovada:

1. Informes das Entidades;
2. Resultado dos trabalhos das Comissões;
3. Definição de um Dia Nacional de Luta em setembro/2017;
4. Definição de reunião com os coletivos jurídicos e também do Ato no STF; e
5. Encaminhamentos.

Iniciou-se a reunião às 16h30 e os trabalhos da Mesa Diretora ficaram sob responsabilidade de Giovanni Frizzo (ANDES-SN) e Paulo Reis (SINASEFE) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNESEF).

1. Informes das Entidades

ANDES-SN - Foi realizado no último dia 18 de agosto a reunião do setor das federais, instância deliberativa do ANDES-SN. Foram realizadas duas mesas de debates, uma com assessoria jurídica do ANDES a qual debateu as novas/velhas ameaças feitas pelo presidente Temer do dia 15/08, e uma segunda mesa em foram debatidos os impactos da EC 95/2016 sobre o funcionalismos público e a educação federal. Após análise de conjuntura, foram retirados os seguintes encaminhamentos: 1) Articular e/ou fortalecer os fóruns de servidores públicos nos Estados, realizando atividades e reuniões ampliadas com a pauta: revogações da EC 95, Contrarreforma Trabalhista e da Terceirização; barrar a contrarreforma da Previdência e o Programa de Desligamento Voluntário. 2) Indicar para o Fórum dos SPF o dia 29 de agosto como um dia nacional de fortalecimento e (re)articulação dos Fóruns Estaduais em defesa do serviço público. 3) Realizar um dia nacional de luta, paralisação e greve dos docentes federais, buscando articular com demais servidores públicos e categorias do setor privado, no dia 14 de setembro, em defesa dos serviços públicos e contra a reforma da previdência. 4) Intensificar a pressão sobre parlamentares nos Estados para que votem contra a Reforma da Previdência. 5) Indicar para a reunião da coordenação nacional da CSP-Conlutas a realização de uma jornada de lutas para

enfrentar os ataques aos direitos sociais, trabalhistas e previdenciários para a construção de uma nova greve geral.

ASFOCS-SN - Asfoc participando das manifestações em defesa do Sus, da frente em defesa dos hospitais federais. Hoje esteve no ato de paralisação nacional dos estudantes de pós-graduação da Fiocruz. Amanhã (23) estará no Ato na Alerj, e na audiência pública que discute os cortes na ciência tecnologia e a faperj. Agenda discutida no fórum dos spfs No RJ23/08 - 18h - plenária convocada pelo sepe 30/08 - dia nacional de mobilização dos servidores estaduais 04/09 - reunião do fórum RJ 18h Participou da caminhada pela paz com garantia de direitos nas ruas de mangueiros no último dia 20/08. Além dessa agenda, Asfoc realiza assembleia geral nesta sexta dia 25/08 para aprovar calendário de mobilização permanente contra os ataques do governo. Além do rio, destacamos a mobilização do fórum dos federais em Pernambuco.

CONDSEF - A CONDSEF está fazendo assembleias de base para a Plenária Nacional que acontecerá no dia 14.9.17. Nesta semana a CONDSEF estará participando de macro reunião do serviço público da categoria na busca de organizar as três esferas para ser feito no segundo semestre.

FASUBRA - A FASUBRA aprovou dias 15,16,17,18 para Plenária em Brasília/DF. A FASUBRA apoia dia o dia 14 como Dia Nacional de Lutas com paralisações e mobilizações, contra o governo Temer e seus pacotes de maldades. A FASUBRA participou da Comissão do FONASEFE no dia 17.8.17 pela Direção da FASUBRA Robertinho e Angela Targino.

FENAJUFE - Nos dias 19 e 20 de agosto a Fenajufe realizou o Encontro Nacional com servidores da Justiça Eleitoral, em Brasília. O Encontro reuniu 18 sindicatos filiados e teve objetivo de discutir ações para impedir os ataques que o atual Presidente do TSE vem fazendo contra a Justiça Eleitoral e seus servidores por meio de resoluções. Estes ataques visam a extinção de cerca de 900 Zonas Eleitorais (rezoneamento) em todo o Brasil e abrir as portas da terceirização na JE. Extinção de Zonas Eleitorais: O rezoneamento representa um desmonte na Justiça Eleitoral do país, acarretando em prejuízos para a população e para os servidores públicos do ramo da Eleitoral. A extinção das zonas eleitorais afeta tanto a população quanto os servidores da área. Há casos como nos estados do Maranhão e Mato Grosso, por exemplo, onde os eleitores terão que se deslocar por mais de 200 quilômetros para buscar atendimento da Justiça Eleitoral. Com isso, há uma sobrecarga de trabalho nas zonas eleitorais, que chegam a atender até 9 municípios por unidade. Além disso, com o fechamento das unidades, os servidores acabam sendo deslocados para outros municípios, gerando instabilidade e dificuldade para os servidores. A fim de sensibilizar os parlamentares sobre os prejuízos causados pela medida, que é resultado de uma Resolução do TSE, os sindicatos estão buscando a realização de audiências públicas para tratar do tema. Nesta semana foram marcadas duas audiências públicas, no dia 23/8, na CCJC, às 14h30min e no dia 24/8, na CLP, às 9h30. Nível Superior para o cargo de Técnico A Fenajufe também vem tomando medidas para intensificar a luta pela aprovação do Nível Superior para o cargo de Técnico do PJU e PMU. Neste sentido, tem orientado os sindicatos: Visitem magistrados de 1º e 2º graus, ministros e presidentes de Tribunais Superiores e Conselhos Superiores de Justiça, Deputados, Senadores, OAB, PGR, MPF entre outras instituições e autoridades, solicitando apoio formal ao NS através da assinatura de cartas a serem remetidas posteriormente ao STF pela Fenajufe ou pelo próprio sindicato de base; Esclarecerem que, em face de eventuais de propostas contrárias ao NS, há deliberação da categoria pela mudança do requisito de escolaridade para ingresso nos cargos de técnico judiciário e do MPU para nível superior; Realizarem atos de 2 (duas) horas em prol do NS nas justiças trabalhistas, eleitoral, federal e militar da União; Realizarem reuniões/seminários visando atualizar a base sobre os avanços da pauta NS e também esclarecer sobre as diretrizes e ações do sindicato em prol do NS; Criarem ou reativarem os núcleos/coletivos regionais de técnicos do PJU/MPU nos sindicatos; Criação de núcleos/coletivos regionais de técnicos intersindicais onde houver mais de um sindicato na mesma base territorial de servidores do PJU/MPU; Divulgarem/publicarem o "Memorial-NS" e os "Esclarecimentos-NS" da Fenajufe disponível no seguinte link: <http://www.fenajufe.org.br/index.php/imprensa/ultimas-noticias/ns/124-documentos-ns>. Quintos: Outro ataque que a categoria sofreu foi a decisão do STF sobre os quintos. A avaliação é de que a referida decisão fere princípios constitucionais e quebra a segurança jurídica no país, uma vez que já haviam decisões anteriores do Judiciário, transitadas em julgado, pela manutenção do pagamento da incorporação dos quintos. A reunião reforçou a necessidade de uma reação da categoria frente à decisão do STF, com uma ampla mobilização nacional que busque reuniões com todos os órgãos para pressionar e sensibilizar sobre o impacto dessa decisão na vida de servidores. Também foi discutido fazer articulação com as entidades do Fonasefe e as centrais sindicais para combater a quebra da segurança jurídica, afetando o Estado Democrático de Direito. Ainda haverá contato com os ministros do STF, e com os presidentes de todos os Tribunais e Conselhos Superiores. Plenária Nacional da Fenajufe: A Fenajufe convocou a sua XXI Plenária Nacional para os dias 9 a 12 de novembro deste ano, em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. O encontro anual discutirá a análise de conjuntura, o desmonte do PJU e MPU, saúde do trabalhador e assédio moral para definir o plano de lutas da categoria para o próximo período. Comissão de Carreira do MPU A

Fenajufe está participando de uma comissão instituída pelo Ministério Público da União para discussão da carreira dos servidores. A comissão está atuando na fase de sistematização das propostas recebidas para finalização do relatório que será entregue ao Secretário-Geral da PGR. Conferência TST Hoje, às 18 horas, a Fenajufe participará da Conferência: Saúde Psíquica e Trabalho Judicial, a palestra será proferida pelo professor Christophe Dejourns. O evento é organizado pelo Tribunal Superior do Trabalho, CSJT e programa Trabalho Seguro.

SINAIT – Mobilizado pela regulamentação do bônus eficiência. Contra os cortes no orçamento da Fiscalização do Trabalho (Escravo e Infantil). Convocação de assembleias locais em todas as Delegacias Sindicais do SINAIT com vistas à mobilização da categoria contra as medidas de contenção anunciadas pelo governo. Estamos propondo uma manifestação em todo o Brasil entre os dias 29 e 31 de agosto em conjunto com as entidades do FONACATE. Estamos propondo uma denúncia junto à O.I.T por descumprimento da Convenção 151.

SINASEFE – Nos dias 18 a 20 de agosto realizou o XI ESCIME – Encontro dos Servidores Cíveis das Instituições de Ensino Vinculadas ao Ministério da Defesa. Nos dias 9 e 10 de setembro o Sinasefe irá realizar plenária nacional da categoria. A direção nacional do Sinasefe manifesta favorável ao dia 14.09.2017 como dia nacional de lutas e paralisações junto com os metalúrgicos.

2. Resultado dos trabalhos das Comissões.

Rogério Expedito (CONDSEF) prestou os informes sobre o resultado dos trabalhos das Comissões referente a organização dos Fóruns Estaduais, documento sobre o PDV, jornal e campanha de divulgação em defesa dos serviços públicos do Fonasefe. Após o debate, encaminhou-se o seguinte:

a) **Cartilha do PDV:** ASFOC-SN fará a diagramação da Cartilha após as entidades do FONASEFE enviarem suas contribuições para a versão final do texto. **Prazo até quinta-feira dia 24.8.17** para as entidades **enviarem suas contribuições**. O texto da cartilha do PDV seguirá anexo a este relatório.

b) **Jornal do FONASEFE:** as pautas para o jornal e a entidade responsável pela elaboração do texto ficou dividida assim: reunião ampliada (ANDES-SN); Campanha Salarial e novas medidas do governo (FENAJUFE); Reforma da Previdência e Trabalhista (CONDSEF); PLS 116 (FENAJUFE); Greve Geral (SINASEFE). No dia 25 (sexta-feira), estas entidades irão se reunir para fechar os textos, às 16h na sede do ANDES-SN. Após fechar os textos, o SINAIT ficou responsável pela diagramação. Na próxima reunião do FONASEFE será posto em avaliação e aprovação.

c) **Campanha de divulgação de materiais do FONASEFE:** as entidades deverão trazer na próxima reunião proposta de orçamento de empresas para divulgação de materiais (cartaz, redes sociais, outdoor, vídeo e áudio) a serem produzidos sobre a campanha em defesa dos serviços públicos e dos servidores.

3. Definição de um Dia Nacional de Luta em setembro/2017.

As entidades presentes discutiram o encaminhamento da reunião ampliada acerca de um dia nacional de lutas para o mês de setembro. A partir da construção do calendário de luta e paralisação dos metalúrgicos e algumas outras entidades que estão aprovando o dia **14 de setembro na agenda de lutas**, encaminhou-se que o dia 14 de setembro será um **dia nacional de lutas, mobilização e paralisação** em defesa dos serviços públicos, contra a reforma da previdência e pela revogação da Reforma Trabalhista.

4. Definição de reunião com os coletivos jurídicos e também do Ato no STF.

A FENAJUFE irá trazer uma proposta de atividade e data para a próxima reunião.

5. Encaminhamentos:

AGENDA DE LUTAS:

Até 5 de setembro: articulação e fortalecimento dos Fóruns estaduais de servidores públicos.

Primeira semana de setembro: pressão nos parlamentares nos Estados para votarem contra a reforma da previdência.

14 de setembro: Dia Nacional de Lutas, mobilização e Paralisação em defesa do serviço público, contra a reforma da previdência e pela revogação da reforma trabalhista.

Próxima reunião do FONASEFE: dia 29.8.17, às 16 horas, na sede da FASUBRA (Setor Comercial Sul - Quadra 6 - Ed. Bandeirantes salas 205 a 208 – Brasília/DF), com a seguinte pauta:

1. Informes das Entidades;
2. Avaliação dos Materiais;
3. Análise das propostas da Campanha Nacional;
4. Definição da data de reunião com os coletivos jurídicos e Ato no STF; e
5. Encaminhamentos.

Relatório elaborado por Giovanni Frizzo (ANDES-SN) e Paulo Reis (SINASEFE) com a relatoria de Marcelo Vargas (CNEFS).

Saudações Sindicais
FONASEFE

Forum das Entidades Nacionais de Servidores Públicos Federais

NOTÍCIAS

FASUBRA Sindical participa de audiência pública sobre projeto que prevê a revogação de estabilidade dos servidores públicos

O plantão da Fasubra compareceu, em 15/08/2017, à Audiência Pública sobre o o PLS 116/2017, na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJC) do Senado Federal. O senador Lasier Martins (PSD-RS) é o relator do projeto que foi originalmente apresentado pela senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE). Na proposta da senadora, servidores públicos estáveis - aqueles que já passaram pelo estágio probatório e foram aprovados - poderão perder seus cargos caso tenham mau desempenho no trabalho.

Foram convidados os especialistas em contas públicas José Matias Pereira, da Universidade de Brasília (UnB); Gil Castelo Branco, da entidade Contas Abertas; Raul Veloso; os sindicalistas Petrus Elesbão, do Sindicato dos Servidores do Poder Legislativo Federal e do Tribunal de Contas da União (SINDILEGIS); Adriana, Advogada da Federação Nacional dos Trabalhadores do Judiciário Federal e do Ministério Público da União (FENAJUFE); e Rogério Expedito, da Confederação dos Trabalhadores do Serviço Público Federal (CONDSEF). José Matias Pereira, Gil Castelo Branco e Raul Veloso justificaram suas ausências.

Este nefasto projeto é uma cortina de fumaça para desviar o olhar da população da derrocada moral do governo e jogar na fogueira política os trabalhadores do serviço público. Os palestrantes argumentaram que a garantia de estabilidade no Serviço Público é a Lei 8112, que deve ser defendida. Ela garante o concurso público, o trabalho correto e honesto, o poder de denunciar a corrupção e os privilégios que os governantes chamam de direitos.

Os políticos fizeram a reforma trabalhista para os trabalhadores CLT e para o serviço público que possui trabalhadores celetistas e terceirizados. A demissão pode, inclusive, ser uma forma de assegurar o coronelismo nas pequenas cidades, e o apadrinhamento, entre outras barbáries que ocorrem também no serviço público. Se aprovada a proposta, servidores públicos municipais, estaduais e federais terão seu desempenho aferido anualmente. Caso recebam notas inferiores a 30% da pontuação máxima por quatro avaliações consecutivas, serão exonerados. Também perderá o cargo aquele que tiver desempenho inferior a 50% em cinco das últimas dez avaliações.

O projeto garante aos servidores o direito de pedir a reconsideração das notas, bem como de apresentar recurso ao órgão máximo de gestão de recursos humanos da instituição em que trabalha. Eventual exoneração ocorrerá apenas após processo administrativo, instaurado depois das primeiras avaliações negativas, com o objetivo de auxiliar o avaliado a identificar as causas da insuficiência de desempenho e superar as dificuldades encontradas.

A senadora Maria do Carmo, na justificativa do projeto, ressalta que "deve ficar claro que não se trata aqui de punir os bons servidores, que merecem todo o apoio legal para bem cumprir seu mister. Trata-se de modificar o comportamento daqueles agentes públicos que não apresentam desempenho suficiente, especificamente daqueles que recebem ajuda da chefia imediata e do órgão de recursos humanos da sua instituição, mas, mesmo assim, optam por permanecer negligentes".

Para a FASUBRA, ser contrário à aprovação do projeto não se trata de defender maus servidores. Já existe diversas leis que normatizam a demissão, em caso de insuficiência de desempenho e outros problemas. Porém, a Federação considera que a avaliação de desempenho pode ser influenciada por outros fatores que não o técnico, a imparcialidade e a neutralidade. No serviço público, pode acontecer de um grupo político de plantão, que possui suas chefias indicadas, avaliar negativamente o servidor que, por exemplo, não pertencer ao grupo que estiver no poder. Este poderá ser perseguido e ter comprometido não apenas suas avaliações, mas também os recursos contra os resultados da avaliação. Esta pode ser, inclusive, uma estratégia do governo para justificar demissões em massa.

A Federação continuará acompanhando todos os trâmites do projeto e, desde já, considera que esta é uma medida extrema para o serviço público, fazendo parte da série de ataques que vem ocorrendo contra a Classe Trabalhadora e, em especial, os servidores.

Assessoria de Comunicação FASUBRA Sindical

CALENDÁRIO DE ATIVIDADES	
SETEMBRO	
13	Reunião Ordinária do FENTAS
14 e 15	297ª Reunião Ordinária do CNS
18	Data limite para as entidades de base forneçam as informações oficiais que atestam o número de trabalhadores que integram a base do sindicato e se enquadram no conceito de base da Fasubra.
25	Período para realização das Assembleias de Base (As entidades de base deverão informar à Direção da FASUBRA Sindical, com antecedência mínima de 20 (vinte) dias, a data da realização das Assembleias Gerais). Termino em 10/11.
28	Data limite para que os/as delegados/as ao confasubra estejam filiados às suas respectivas entidades de base
OUTUBRO	
01 á 06	XXVI Seminário Nacional de Segurança das IPES e IBTT na Universidade Federal de Goiás Sint-ifesgo
04	Reunião Ordinária do FENTAS
05 e 06	298ª Reunião Ordinária do CNS
21	Prazo máximo de convocação das AG e comunicação a FASUBRA, exceto nos casos das AG convocadas pela base, conforme previsão regimental
22	Início convocação da Assembleia Geral pela base, para tal fim deverá ser subscrita conjuntamente por um dos membros da Direção Nacional da FASUBRA Sindical, pelo menos, por 3 (três) trabalhadores/trabalhadoras filiados/filiadas da base do sindicato
27	Data limite para que os acordos de regularização financeira de dívidas estejam firmados e sendo cumpridos
NOVEMBRO	
01 á 17	Período de realização de Assembleias Gerais pela base, respeitado o prazo mínimo de 10 (dez) dias, inclusive, de antecedência entre a convocação e sua realização;
08	Reunião Ordinária do FENTAS
09 e 10	299ª Reunião Ordinária do CNS
10	Período para termino das Assembleias de Base
14 á 20	Data limite para que a ata, os editais de Convocação da Assembleia Geral e as respectivas listas de presença, devidamente rubricados pelo(s) representante(s) da Direção Nacional, pelos trabalhadores signatários da convocação e pelos demais membros integrantes da Mesa Coordenadora da Assembleia Geral, sejam enviados à Comissão Organizadora do XXIII CONFASUBRA, até o dia 14/11, no caso de assembleia convocada pelas direções das entidades de base, e no caso de assembleia convocada diretamente pela base, até o dia 20/11.
17	Data limite para que as entidades depositem o correspondente a 30% (trinta por cento) do valor da inscrição do total dos delegados e delegadas de cada entidade.
26	Data limite para quitação da taxa de inscrição de delegados e delegadas
26,27,28,29 e	XXIII Congresso da FEDERAÇÃO DE SINDICATOS DE TRABALHADORES TECNICO-

30, 01/12	ADMINISTRATIVOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR PÚBLICAS DO BRASIL – FASUBRA Sindical
26	Instalação da Comissão diretora do Confasubra
26 e 27	Início do credenciamento dos delegados e delegadas titulares, as 8 horas do dia 26/11 e encerramento as 12horas do dia 27/11
27	Credenciamento dos delegados e delegadas suplentes das 13 horas as 18 horas
30	As moções para deliberação em Plenário do XXIII CONFASUBRA deverão ser apresentados em meio eletrônico junto a Comissão Diretora até as 19horas do dia 30/11
DEZEMBRO	
06	Reunião Ordinária do FENTAS
07 e 08	300ª Reunião Ordinária do CNS